

## Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - **CBH-SMT**

1 **ATA**  
2 **60ª Reunião da Câmara Técnica**  
3 **Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos - CTPLAGRHI**  
4 **DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA**  
5 **DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ CBH-SMT**

6 Data: 13 de novembro de 2018.

7 Local: Núcleo UFSCAR - Santa Rosália

8 Rua Maria Cinto de Biaggi, 130 Bairro Sta Rosália, Sorocaba, SP.

9 A Câmara Técnica de Planejamento CTPLAGRHI reuniu seus membros e  
10 convidados, em reunião conjunta com o Conselho Gestor da APA Itupararanga.  
11 Na Ordem do Dia a pauta 1) Apresentação: Método para elaboração de  
12 critérios de investimentos - Marcos Paulo Lallo Sartori.  
13 2) Apresentação pelo tomador IPESA de projetos desenvolvidos com recursos  
14 do FEHIDRO.  
15 3) Resultados da avaliação do PBH-SMT realizada pelo CORHI.  
16 4) Manifestação sobre o Projeto de Lei que autoriza o município de Sorocaba a  
17 celebrar Contrato Especial de Abastecimento de Água com o Município de  
18 Araçoiaba da Serra.  
19 5) Início da discussão dos critérios de priorização dos pleitos FEHIDRO, fila de  
20 espera de 2018.

21 André Cordeiro, Professor Doutor UFSCAR-Coordenador da CTPLAGRHI do  
22 CBHSMT, abriu a reunião agradecendo as presenças. sugeriu alteração de  
23 pauta para começarem pelo item 4, foi aprovado.

24 Pelo item 1, Marcos Paulo Lallo Sartori apresentou o Método para elaboração  
25 de critérios de investimentos a ser utilizado em Comitês de Bacias  
26 hidrográficas, tendo por base o MPO FEHIDRO e deliberações pertinentes de  
27 2016 e 2017, desenvolvido por Me. Marcos Paulo Lallo Sartori e Prof. Dr.

28 Antonio Carlos Zuffo. uma pesquisa da Universidade Estadual de Campinas,  
29 Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo Recursos Hídricos,  
30 Energéticos e Ambientais. As principais características estão em suas cinco  
31 etapas; Baseado nos princípios da Metodologia Multicritério de Apoio à  
32 Decisão; Aplicável aos comitês brasileiros, que desejem aprimorar ou atualizar  
33 seus critérios de seleção de empreendimentos, por meio de técnicas  
34 acadêmicas ágeis e de fácil aplicação e os exemplos da apresentação foram  
35 baseados nos critérios mais utilizados pelos comitês paulistas, nos anos de  
36 2017 ou 2016. A 1ª etapa: Identificação do Contexto Decisório tem como  
37 objetivo definir previamente o facilitador e os decisores; o Facilitador:  
38 profissional imparcial, indicado pelo comitê, para conduzir e apoiar a  
39 construção dos critérios, com conhecimento da metodologia e da UGRHI; para  
40 identificar os decisores por meio do seguinte questionamento: “O comitê possui  
41 Câmara Técnica (CT) ou Grupo de Trabalho (GT), responsável por elaborar ou  
42 atualizar os critérios de investimentos?” Se não, é recomendado que o comitê  
43 crie CT ou GT, com representações isonômicas e paritárias entre os  
44 segmentos do colegiado e se sim, verifique se as representações são  
45 isonômicas e paritárias. Fatores decisores são o grupo representativo com  
46 poder de tomada de decisões (integrantes da CT ou GT). O facilitador deve  
47 estar ciente que os critérios a serem construídos poderão ter até dois tipos de  
48 problemáticas de referências, descritas por Roy conforme referência conceitual  
49 (ROY, 1996) sobre a problemática. Da Ordenação, arranjar as ações levando  
50 em conta uma ordem de preferência decrescente, um ranking; a Problemática  
51 da Rejeição Absoluta: estabelecer regras mínimas, que se não cumpridas,  
52 eliminam as ações do conjunto das ações viáveis; e também sugere que o  
53 facilitador proponha agendamento de pelos menos 04 reuniões com os  
54 membros da CT ou GT, para o desenvolvimento da 2ª etapa: Estruturação do  
55 problema e construção de árvores de PVFs com objetivo de se reunirem com

56 os decisores para estruturar o problema e construir árvores de PVF, por  
57 Brainstorming orientado pela questão: “Tendo como base o problema “quais os  
58 critérios você gostaria de levar em consideração?”” com respostas individuais e  
59 escritas em notas adesivas; e durante o intervalo, o facilitador deve agrupar as  
60 notas adesivas em estruturas arborescentes; se necessário por 2 árvores; e  
61 após o intervalo, os decisores realizarão as alterações necessárias mediante  
62 ao consenso do grupo. Em seguida apresentou modelos PVFs ilustrativos.  
63 Ainda nessa etapa deveria checar se os candidatos possuem todas as  
64 seguintes propriedades: 1. Essenciais: levar em conta os aspectos de  
65 fundamentais para os decisores; 2. Controláveis: ser influenciado apenas pelas  
66 ações potenciais; 3. Completos: incluir todos os aspectos fundamentais; 4.  
67 Mensuráveis: especificar a performance das ações potenciais; 5. Operacionais:  
68 informações no tempo disponível e com esforço viável; 6. Isoláveis: permite a  
69 análise independente em relação aos demais aspectos; 7. Não redundantes:  
70 não levar em conta o mesmo aspecto mais de uma vez; 8. Concisos: mínimo  
71 necessário para modelar de forma adequada o problema e 9. Compreensíveis:  
72 deve ter seu significado claro para os decisores. As referências foram  
73 KEENEY, 1992 e ENSSLIN, MONTIBELLER e NORONHA, 2001. E ao final da  
74 reunião, recomenda-se que o facilitador fotografe as árvores. Na 3ª etapa:  
75 Construção de critérios o objetivo é realizar a segunda reunião com os  
76 decisores, para construir os critérios de rejeição e os critérios de avaliação. Os  
77 decisores revisarão a árvore da Problemática da Rejeição Absoluta e para cada  
78 um dos PVFs, o facilitador realizará a seguinte questão: “Quais serão as  
79 regras, que se não cumpridas, eliminarão as propostas de empreendimentos,  
80 antes mesmo de sua hierarquização?”. Uma vez definidas as regras para cada  
81 um dos PVFs, pode-se afirmar que foram construídos os critérios para a  
82 rejeição. Cada nível de impacto do descritor deve ser ordenado de forma  
83 decrescente. O melhor nível de impacto possível fica em posição superior e o

84 pior nível de impacto aceitável em posição inferior e deve definir para cada um  
85 dos descritores dois níveis de impacto de referência: o Bom e o Neutro. Há a  
86 Função de valor que é a diferença de atratividade (predileção) entre os níveis  
87 de impacto de um descritor, pelo método da pontuação direta onde associa-se  
88 os valores âncoras de 100 e 0 respectivamente aos níveis de impacto “Bom” e  
89 “Neutro” de cada descritor e os decisores serão questionados a expressar  
90 numericamente as diferenças de atratividades dos demais níveis em relação ao  
91 nível de 100 pontos, por meio de comparações relativas. 4ª etapa:  
92 Determinação das taxas de substituição com objetivo de realizar a terceira  
93 reunião com os decisores, para determinar as taxas de substituição; sugerindo  
94 adoção de uma função de agregação aditiva (média ponderada), em que os  
95 coeficientes ponderadores correspondem às taxas de substituição, tendo o  
96 primeiro critério preferível, o segundo e assim por diante. 5ª etapa:  
97 Apresentação do modelo de avaliação das propostas, objetivo de realizar a  
98 quarta e reunião com os decisores, para apresentar a ficha de avaliação das  
99 propostas apresentando o resultado sob a forma de uma ficha de avaliação  
100 autoexplicativa. Finalizou esclarecendo que cada comitê possui necessidades e  
101 realidades próprias e somente seus decisores representativos poderão criar os  
102 critérios e os modelos considerados legítimos e aceitos para o apoio à decisão.  
103 André agradeceu e disse que o método pode ser de valia para os próximos  
104 pleitos para o próximo edital. Marcos disse que a maior dificuldade que  
105 encontrou nos comitês foi a falta de referencial teórico, justificando pesos e  
106 critérios.

107 Pelo item 2. Apresentação pelo tomador IPESA de projetos desenvolvidos com  
108 recursos do FEHIDRO. Paola Samora (IPESA) apresentou Mapeamento das  
109 áreas de matas ciliares degradadas e diferentes usos da água na microbacia  
110 Ribeirão Vargem Grande-SP, em síntese, informou que o projeto terminou - foi  
111 apresentado ao FEHIDRO no ano de 2010 mas só começou a ser executado

112 em 2013 - agora em fase de apresentação como uma das atividades do próprio  
113 projeto trazendo essa devolutiva para o comitê. O projeto tem por base a  
114 cartografia com objetivo de mapear uma faixa de águas desde a represa  
115 Itupararanga, zona de conservação da biodiversidade, incluindo a nascente do  
116 rio Sorocamirim abrangendo de Saraçarà à Vargem Grande Paulista - nas duas  
117 pontas da zona de conservação - e, oferecendo dados reais da situação das  
118 águas na APA Itupararanga porque a anterior escala de mapas não facilitava a  
119 leitura e para tanto desenvolveram mapas temáticos da realidade local escala  
120 1x10.000, com visitas em campo nas propriedades locais, com foco na  
121 captação e consumo de água para irrigação e consumo humano e como são  
122 feitos os lançamentos de efluentes, mapeando também APPs passíveis de  
123 recuperação. A metodologia inclui fotos aéreas georreferenciadas para depois  
124 serem setorizadas para as atividades de campo, detalhando a propriedade  
125 através de uma ficha de campo para alimentar o banco de dados  
126 computadorizado. O projeto teve como produtos mapas cartográficos: o mapa  
127 de localização detalhado, mapa das áreas passíveis de recuperação, obtendo  
128 as prioridades através de critérios o que possibilita aplicar depois projetos de  
129 recuperação, também o mapa de captação de água e de emissão de efluentes.  
130 Ilustrou projetando o mapa do Jardim Margarida, em Vargem Grande Paulista,  
131 com a característica de localização no centro urbano, e não possuem coleta de  
132 esgoto. A Situação encontrada nos setores de coleta de dados no Jardim  
133 Margarida é que o bairro não apresenta coleta e tratamento dos efluentes  
134 sejam eles de origem, residencial, comercial e ou industrial embora seja  
135 abastecido com água pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de  
136 São Paulo-SABESP; o lançamento de esgoto na rede de águas pluviais  
137 quando as edificações estão acima do nível da rua como também há  
138 lançamento a céu aberto na rua quando as edificações estão acima do nível  
139 topográfico da rua e a mesma não possui tronco coletor ou galeria de águas

140 pluviais e invariavelmente todos os lançamentos de esgoto orgânico e industrial  
141 têm como ponto final o ribeirão Vargem Grande que corta a face norte do  
142 bairro. Em Vargem Grande Paulista estudaram o ribeirão Vargem Grande,  
143 onde a ETE ainda não opera. Na maior parte do estudo de campo encontraram  
144 fossa negra e a jusante captação de água, sendo que colheram dados de  
145 Vargem Grande Paulista em bairro considerado urbano, o que considerou  
146 como dado preocupante. Apesar de não ser objeto do projeto sabe-se que a  
147 maioria deles tem contaminantes e, das emissões a maioria é por fossas  
148 negras ou lançamento direto no córrego e a minoria pela fossa séptica.  
149 Também, pelo projeto fizeram uma apresentação à população pesquisada para  
150 entenderem e se enxergarem dentro de sua realidade, mas também apontou  
151 que os projetos devem ter continuidade. Conseguiram através do projeto captar  
152 recursos para eliminar 60 fossas negras no bairro do Alto Sorocaba, com  
153 projetos “casados” com a iniciativa privada. No total os resultados de campo  
154 foram: Conhecimento da realidade de uso dos recursos hídricos na bacia  
155 hidrográfica do ribeirão Vargem Grande – Zona de Conservação da  
156 Biodiversidade da APA de Itupararanga; cadastrando em campo: 20 Poços  
157 artesianos sem registro no DAEE; 826 Unidades  
158 habitacionais/comerciais/industriais que recebem água da Sabesp; 526  
159 Captação em poço caipira; 324 Emissão fluvial; 677 Emissão em fossa negra;  
160 124 Emissão em fossa séptica; 371 Emissão na rede pluvial e 39 Emissão a  
161 céu aberto.

162 Pelo item 3. Manifestação sobre o Projeto de Lei que autoriza o município de  
163 Sorocaba a celebrar Contrato Especial de Abastecimento de Água com o  
164 município de Araçoiaba da Serra. André esclareceu que se trata de uma  
165 autorização da Câmara Municipal permitindo que o SAAE e a prefeitura levem  
166 água, para uma determinada região, para o condomínio Portal do Sabiá, de  
167 Araçoiaba e a Vereadora Iara Bernardi solicitou manifestação com parecer do

168 comitê antes da votação na Câmara Municipal. Marcelo Moretto Diretor  
169 Operacional do SAAE de Sorocaba esclareceu como trataram do tema. O  
170 pedido ao SAAE e a prefeitura é para complementação do abastecimento de  
171 água para o condomínio Portal do Sabiá, que se localiza na Rodovia Raposo  
172 Tavares para análise técnica há condições para a requerida complementação,  
173 requerendo extensão de rede em torno de 340 mt para entrega de água à  
174 granel na entrada do condomínio Portal do Sabiá com um medidor principal e,  
175 para eles fazerem a distribuição e operação do sistema dentro do condomínio o  
176 que gera receita ao SAAE. A análise jurídica não apresentou problemas desde  
177 que com autorização da Câmara Municipal de Vereadores. Os custos da  
178 extensão de rede em torno de 340 mt será custeada pelo condomínio, como  
179 taxa, Portal do Sabiá e em caso de escassez o condomínio já tem ciência que  
180 o município de Sorocaba tem prioridade. Rodrigo M. (Águas de Araçoiaba)  
181 esclareceu que se trata mesmo de uma complementação de abastecimento  
182 como já esclarecido na CT Saneamento do comitê, tendo em vista que Águas  
183 de Araçoiaba não trabalha com complementação de abastecimento, só pode  
184 trabalhar com abastecimento 100% público e, talvez a principal questão é que a  
185 rede está a 1.100 mt do condomínio Portal do Sabiá e o projeto já está  
186 aprovado na Concessionária CCR em sua faixa de domínio, em local não  
187 pavimentado, e onde já passa uma rede de fibra, e o valor para manter e  
188 passar a rede está por volta de R\$ 40.000/ano reajustáveis. Colocaram para o  
189 condomínio Portal do Sabiá os custo para a rede por volta de R\$ 40.000/ano e  
190 as questões judiciais que a ARTESP se pronuncia sempre de forma muito  
191 evasiva, e sem conteúdo, sem parecer definitivo quando solicitam a quebra do  
192 valor, porque nesse caso poderia ocorrer o abastecimento sem problemas e  
193 por se tratar de serviço público essencial, sem alterar a via principal, e estudam  
194 possibilidade de entrar com uma ação na esfera judicial de acordo com uma  
195 jurisprudência de Bauru-SP, mas o processo se arrastou por 3 a 4 anos. E, que

196 o contrato assinado há 1 ano autorizando o abastecimento, pode ser  
197 desvinculado pela manifestação de qualquer uma das partes com 90 dias de  
198 antecedência, sendo executado o abastecimento uma vez que os custos serão  
199 custeados pelo condomínio Portal do Sabiá sem prejuízo às partes. Assim  
200 podem ceder o abastecimento para Sorocaba e caso não tenham sucesso vão  
201 entrar na esfera judicial para tentar abastecer o condomínio Portal do Sabiá  
202 pela obra. Cláudio Hobles disse que a cidade, em outros lugares, apresenta  
203 também problemas de abastecimento de água e também há perspectivas que  
204 nos próximos anos irão habitar entre as rodovias Castello Branco e Raposo,  
205 mais de 350 mil pessoas. Nas considerações dos participantes, foi dito que os  
206 40.000/ano representaram apenas cerca de R\$ 15,00/ano/residência. Rodrigo  
207 disse que precisariam colocar o mínimo de água para serem abastecidos, R\$  
208 25,00, então o condomínio não pagaria sequer os custos, e não podem por Lei  
209 repassar a taxa da rede. André disse que na CT Saneamento saíram os  
210 questionamentos (i) certidão de uso de solo da Concessionária CCR no trecho  
211 em ambos sentidos, (ii) talvez o comitê possa intervir de alguma forma sobre a  
212 questão da faixa de domínio, (iii) o volume do consumo de água médio a ser  
213 utilizado, (iv) se quando o projeto foi aprovado não houve projeto para o  
214 abastecimento de água porque normalmente, para condomínios, uma das  
215 diretrizes é a garantia de abastecimento e, também da (v) separação das  
216 redes, para não misturar as águas e talvez não conseguindo garantir a  
217 qualidade das águas. Rodrigo disse que na CT Saneamento chegaram à  
218 conclusão que se entrarem na via judicial o comitê pode auxiliar porque  
219 algumas entidades públicas têm isenção da taxa do uso na faixa de domínio e,  
220 que o consumo de água dependeria de qual hipótese seria adotada, o consumo  
221 médio é de 12-13 m<sup>3</sup>/unidade habitacional e se for pelo SAAE Sorocaba seria  
222 complementação, só quando necessitarem e, sobre se quando o projeto foi  
223 aprovado não houve projeto para o abastecimento de água porque



## Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - **CBH-SMT**

224 normalmente, para condomínios, uma das diretrizes é a garantia de  
225 abastecimento, o condomínio é anterior à instalação das Águas de Araçoiaba e  
226 antes era a SABESP provavelmente considerando o condomínio como auto  
227 suficiente e, com fossa filtro ou biodigestora e atualmente em Araçoiaba não  
228 aprovam. Marcelo disse sobre a separação das redes, para não misturar as  
229 águas e talvez não conseguindo garantir a qualidade das águas que garantiam  
230 a entrega no ponto de entrada, sendo o ponto de coleta para a análise também.  
231 O Prof. Roberto Wagner (UNESP Sorocaba) disse que se o SAAE tem água e  
232 o volume de entrega não compromete o abastecimento, atestado pelo SAAE,  
233 não via problema, e a parte ou problema político não contava. André lembrou  
234 que a Câmara precisava dar autorização e a região estava com déficit hídrico,  
235 assim, como entregariam água para outro município então pediram um parecer  
236 do Comitê de bacia que a questão não iria prejudicar Sorocaba. Gomes (Gestor  
237 da APA Itupararanga) disse que sua preocupação era qual a estação, ETA, que  
238 iria fornecer a água, sendo que a ETA Cerrado até não conseguiu suprir os  
239 bairros de Sorocaba, e a represa Itupararanga estava há 7 meses somente  
240 com a vazão sanitária, 6000 litros para Sorocaba e um pouco mais de 2000  
241 litros para ETA Cerrado, há déficit por vários motivos, além da influência  
242 negativa do saneamento e expressou sua preocupação porque a tendência é  
243 aumentar o consumo melhorando a disponibilidade, principalmente na época  
244 do verão, mesmo sendo uma complementação, e também iria gerar problema  
245 político na ausência do abastecimento, entendendo que no momento da  
246 licença deveria ter sido exigido autossuficiência para o condomínio, até porque  
247 pelo seu acompanhamento os dados de março 2018 até a data é somente  
248 mesmo a vazão sanitária. Da pertinência do comitê deixou claro que deveriam  
249 se preocupar com a questão hídrica local. André esclareceu que no parecer do  
250 comitê deve constar o posicionamento técnico, em uma região de crise hídrica  
251 e, que poderia haver problema no futuro, o comitê não tem poder de proibição,

252 a decisão cabe à Câmara de Vereadores, com a responsabilidade final do  
253 SAAE, não cabia a questão de quem deveria pagar o quem iria ganhar. E  
254 apontou até como ganho porque em anos anteriores o comitê nem era  
255 consultado sobre questões de sua pertinência, hídrica e o parecer da  
256 CTPLAGRHI iria levantar todas as questões, posteriormente submetido à  
257 aprovação pelo colegiado do comitê, no parecer inclusive apontando os  
258 problemas relatados do baixo nível da água no reservatório Itupararanga, que o  
259 tipo de solução não era permanente, mas paliativa, e que deveria a passagem  
260 pela rodovia já subsidiando a Concessionária para poder entrar na justiça, com  
261 decisão final que cabe à Câmara de Vereadores. Wendell R. Wanderley  
262 (Assoc. Icatu e Vice-Presidente do CBHSMT) expressou também sua  
263 preocupação com os moradores. Rodrigo (Águas de Araçoiaba) disse que  
264 quando os moradores os procuraram, foi porque gostariam de uma solução  
265 mais rápida, para o problema pontual, do que pela via judicial, e de qualquer  
266 forma entrariam no judicial até para gerar um histórico porque há previsão de  
267 expansão para os dois lados da rodovia, e assinaram acordo com o SAAE  
268 porque é um procedimento comum com soluções comum entre as  
269 Concessionárias e devido ao fato que a expansão muitas vezes não respeita o  
270 limite territorial municipal, mas enquanto isso poderiam trabalhar a solução  
271 definitiva pela via judicial. Rosângela César, Secretária Executiva do comitê,  
272 considerou se seria interessante indicar a proposta de avaliação dos poços  
273 para uma melhor gestão. Nesse sentido, ocorreram comentários considerando  
274 os cuidados para evitar captação 24 horas, não gerando problemas futuros  
275 para a demanda, e o rebaixamento das águas subterrâneas.  
276 Rodrigo considerou que passando pela administração da Concessionária irá  
277 gerar a outorga dos poços. Cláudio considerou que foi realizada uma audiência  
278 pública com a recomendação que os aquíferos de tubarão e cristalino

279 precisariam ter 4 poços por quilômetro quadrado com o consumo máximo de 5  
280 a 6 litros/dia e, em 2009 havia 34 poços.

281 Waldimir Gomes (Fundação Florestal e Gestor APA Itupararanga) considerou o  
282 que seria interessante a isenção da taxa a ser deliberado na próxima plenária  
283 do comitê. André disse que levaria em consideração as manifestações  
284 enviando por e-mail para todos os membros, e na próxima reunião da Câmara  
285 no dia 03 poderiam fazer eventuais correções.

286 Pelo item 4 Resultados da avaliação do PBH-SMT realizada pelo CORHI.  
287 André disse que na execução do plano de bacia, no qual tiveram dificuldades  
288 para contratação pela licitação, e assim adotaram a estratégia de desmembrar  
289 a contratação por várias empresas com despesas de R\$ 170.000 para um  
290 trabalho minimamente coerente e foi enviado para o CORHI, que foi avaliado  
291 em Avaré-São Paulo, como boa avaliação, apesar de não ser 100%. James  
292 Martins (FABHSMT) disse que a perda foi de 10%, e André considerou que o  
293 comitê vinha tendo perdas constantes pela política estadual, perdendo além  
294 dos 10% com a possibilidade de ainda ser retirado mais 30%, dependendo do  
295 próximo Governador. Plano de bacia está disponível no site da Fundação  
296 Agência e James informou que entregou em CDs nas reuniões e aos  
297 representantes dos prefeitos, e pode ser copiado também em pen drive na  
298 Fundação Agência.

299 Finalizando, pelo item 5 deram continuidade à discussão dos critérios de  
300 priorização dos pleitos FEHIDRO, fila de espera de 2018, pela listagem  
301 distribuída a todos André esclareceu que os projetos na cor verde escuro foram  
302 os projetos já aprovados em 2018, pela Deliberação 380 dos recursos da  
303 cobrança e os na página 4 pelos Recursos FEHIDRO, sendo que a maioria  
304 estava aguardando a indicação de um Agente técnico. Os de cor branca foram  
305 os projetos que deram entrada no comitê entrando no que classificaram como  
306 uma carteira de projetos, ou “fila”, alguns foram retirados pelo próprio Tomador

307 do projeto, por motivos variados, de acordo com a coluna Situação, incluindo o  
308 da Prefeitura de Sarapuí, e a partir da folha 5, os projetos que já estão na “fila”,  
309 já tendo sido avaliados pela Câmara técnica passíveis de serem aprovados,  
310 porém não havia recurso disponível, e na última folha, página 6, 9 projetos,  
311 projetos de 2017 em suspenso, que decidiram reenviar, sendo depois solicitado  
312 revogação da deliberação, considerados com outros projetos que podem ser  
313 objeto de nova deliberação. A Secretária colocou como dúvida que o projeto  
314 de Boituva aparentava estar contemplado em outro projeto, James disse que  
315 havia dois projetos, envolvendo a semana do meio ambiente e dois projetos de  
316 recuperação com o mesmo nome envolvendo os dois lados da rodovia Castello  
317 Branco com o mesmo nome, valores diferentes e locais diferentes. Aproveitou  
318 para alertar também que, dando como exemplos os projetos de drenagem  
319 exemplificado pelo caso Araçoiaba que colocou como título em todos os  
320 projetos, projeto de drenagem urbana, o que causa dificuldades para a análise,  
321 o projeto é devolvido, então o título pode não ser tão grande, mas também não  
322 tão pequeno e, os valores dos projetos que ficam muito semelhantes mudando  
323 apenas os centavos. Comunicou também que Roberto da Fundação Agência  
324 entrou em contato para dizer que o projeto fase 2 foi devolvido, não havendo  
325 nenhum problema, mas para aprovar a fase 2 precisa concluir a fase 1, sendo  
326 que foi comunicado ao Tomador e até mesmo pelo professor André, mas o  
327 tomador insistiu e enviou. Alertou também sobre a confecção de Termos de  
328 Referência, alguns enormes com 20 folhas, seria impossível uma Prefeitura ou  
329 ONG colocar um Edital com 2 folhas e, finalmente sobre respaldo legal que os  
330 projetos FEHIDRO reconhecem o direito de autoria, além disso 5% no mínimo  
331 como direito do trabalho intelectual sobre os direitos de posse, por isso é  
332 recomendado para citar toda referência bibliográfica para não incorrer em  
333 processo de plágio, mesmo sendo da internet é possível referenciar, então um  
334 projeto que não tiver referência bibliográfica o entendimento é que a autoria é

335 de quem elaborou o projeto e se tiver autor não citado poderá sofrer processo,  
336 por se apropriar de obras de terceiros. O Professor André lembrou que até  
337 uma aula tem direitos autorais e se a pessoa publicar poderá sofrer processo.  
338 Cláudio considerou o projeto de saneamento como o mais importante de toda a  
339 bacia. Rosângela disse que o projeto de plano de saneamento pelo CERISO já  
340 foi. André reiterou que todos os projetos que estavam com a cor branca já  
341 passaram pela Câmara de saneamento necessitando agora o ranqueamento  
342 dos projetos, e os na cor vermelha a partir do projeto da Prefeitura de Boituva  
343 voltaram e assim a Câmara necessitava saber se continuariam ou não, na  
344 prática sem problema, precisando apenas definir qual agente técnico analisaria,  
345 já o projeto Plano diretor para restaurar o ribeirão Pajiribu, tratava-se de um  
346 projeto antigo, conforme foi referenciado por Cláudio, pelo mesmo problema,  
347 sem Agente técnico para analisar e, provavelmente teria que ser reescrito.  
348 Rosângela disse que o foco do projeto seria o diagnóstico e, mas depois  
349 recebeu o título atual, sua opinião foi que poderia retomar porque não se  
350 tratava de restauração, nem de plano diretor. André disse que o projeto  
351 enquanto o diagnóstico ficou como tomador o CERISO porque envolvia três ou  
352 quatro municípios, e voltou, o CBRN como Agente técnico devolveu o projeto  
353 alegando que não tem capacidade técnica para avaliar, só avaliam  
354 recuperação e o projeto é de diagnóstico, e o projeto provavelmente terá que  
355 ser refeito, e de maneira geral apontou que cada caso é um caso devendo ser  
356 analisado. Rosangela disse sobre o projeto de melhoria da qualidade da água  
357 servida fase 2 e já poderiam enviar, André disse que ainda não sabiam quanto  
358 tinham de recursos, poderiam saber no dia 03 de dezembro na reunião da  
359 CTPLAGRHI quando vão avaliar o plano de investimentos a ser aprovado na  
360 plenária do colegiado no dia 07 de dezembro, e precisamos também modificar  
361 o plano de investimentos para os recursos serem de janeiro a dezembro  
362 acabando com essa história que a cada vez que vamos deliberar tem um

363 recurso diferente. Passaram a debater se a lista iria incluir os da Deliberação  
364 375 ou não, os da cor branca da relação apresentada na reunião. André  
365 sugeriu que tirassem da lista os projetos de 1 a 4, CERISO e P.M de Itu,  
366 Pereiras e Sarapuí, pelos problemas que apresentaram alterando os valores de  
367 R\$ 12 milhões e considerarem Araçoiaba da Serra que apresentou 8 projetos,  
368 dependendo da quantidade dos valores aprovariam 1 projeto, mas os critérios  
369 não estavam definidos, e assim debateram as especificações de cada projeto.  
370 Assim, Rosângela esclareceu que projetos também são devolvidos pelo Agente  
371 técnico devido ao título incompatível e citou o Diagnóstico ambiental na APA de  
372 Tietê, não se trata de projeto PSA pois estava mais voltado para o estudo,  
373 diagnóstico para posterior PSA. James disse que o projeto 24 não foi com os  
374 demais, foi devolvido mesmo e será devolvido pois entendem que o programa  
375 já existe, mas recomendam projetos de recuperação. André disse que o  
376 problema do projeto Viveiro do parque Chico Mendes era a área de  
377 recuperação, mas acreditava que deveria ser alterado, James disse que o  
378 projeto está em andamento, mas houve discussões sobre normativas técnicas  
379 com o Tomador e o Agente técnico recomendou ou pediu determinadas  
380 normativas, mas a orientação na CRHi é que seria devolvido novamente se  
381 reapresentado. André disse que o Plano Diretor de recuperação do Pirajibu  
382 precisaria de alteração e Cláudio considerou sobre o Plano Diretor de  
383 recuperação do Pirajibu, que o rio tem presença de flúor que varia de  
384 intensidade sem saberem a causa e perguntou se o SAAE Sorocaba poderia  
385 pegar o projeto com a futura Estação de Tratamento do SAAE, o comitê  
386 deveria envolver o SAAE nessa questão, André disse que na CT Saneamento  
387 poderiam tratar do tema com o SAAE apresentando o projeto esclarecendo  
388 sobre a qualidade de água. André sugeriu para entrar, refazendo a conta,  
389 provavelmente com menos de R\$ 10 milhões, provavelmente, mas para  
390 recalcular os projetos: das P.M de Boituva, Ibiúna, da Associação e Cultura,

391 Sindicato Rural de Tietê, CERISO se conseguir alterar o projeto até 03 de  
392 dezembro e SOS Itupararanga, na rodada de avaliação para a hierarquização  
393 dos projetos e ainda levando em conta a separação por porcentagens de  
394 PDCs, sendo que normalmente o PDC 3 é o que mais tem mais recursos, e é  
395 contemplado. Assim sugeriu recalcular a verba considerando pelos PDCs e  
396 fechar até a reunião de 03 de dezembro, devendo inclusive analisar se quem já  
397 tinha sido contemplado na lista verde, seria novamente, na teoria deveria tirar.  
398 Concordaram que deveria ter como critério, primeiramente com quem não foi  
399 contemplado, e depois os outros, principalmente se o valor disponível fosse  
400 pequeno, de R\$ 2 a 3 milhões. Também disse que não iriam conseguir terminar  
401 os projetos com os recursos de 2017 e teriam como possibilidade abrir novo  
402 edital para começo de 2019 ou continuar a lista atual, e ainda não tinham os  
403 valores disponíveis para projetos. Wendell disse que agora com a organização,  
404 saberiam quanto teriam de valor disponível. André reiterou que a decisão cabe  
405 ao colegiado, decidir sobre os projetos avaliados, mas sem recurso disponível  
406 sendo a intenção utilizar recursos de 2019 e com a possível sobra, a abertura  
407 de um novo edital, mas talvez o valor não estivesse disponível nem na próxima  
408 reunião do Comitê. Rosângela disse que na próxima reunião levariam a lista  
409 dos projetos a serem indicados pela Câmara, e havendo a sobra de recursos a  
410 próxima reunião seria somente em março, a da eleição de renovação do  
411 colegiado, ou seja, um longo tempo, e propôs que já deveriam indicar na  
412 próxima. Wendell disse que há cerca de R\$ 2 milhões em caixa e a normativa é  
413 acabar com as previsões para fechar o ano sabendo de todas entradas e  
414 saídas. André disse que então sobraria para uma carteira de projetos a ser  
415 apresentado em 2019, Wendell disse que saberiam dos recursos de 2019 no  
416 começo daquele ano. Rosângela disse que provavelmente seria mais de R\$ 2  
417 milhões, e propôs abertura de um novo Edital. Maria Otília (CERISO) perguntou  
418 se os projetos que não forem contemplados terão prioridade ou se entrarão no

419 Edital, Wendell reiterou que o próximo edital tem que sair com o quanto  
420 exatamente tem de recurso disponível. André perguntou quando saberiam dos  
421 recursos de 2019 e Wendell respondeu que segundo Carolina (CRHi), no  
422 começo de 2019. Rosângela reiterou que nesse mesmo diálogo o plano de  
423 aplicação da cobrança, seria para 2019, a ser deliberado em dezembro já com  
424 cerca de R\$ 7 milhões, mas não havia todos os dados para preencher toda  
425 planilha até a próxima reunião do comitê, então seria fechado com os dados do  
426 Banco Brasil até 30 de novembro, o mais próximo da realidade dando  
427 transparência ao que está no FEHIDRO. André disse que então poderiam abrir  
428 edital para projetos contemplados com a sobra de recursos de 2019, os da lista  
429 já deliberados para 2019, talvez até edital com as linhas estabelecidas, já  
430 direcionado para entrar no edital e a ser deliberado na próxima reunião do  
431 comitê dia 07 de dezembro.

432 Wendell propôs que como entrariam mais recursos até próxima reunião do  
433 comitê dia 07 de dezembro cerca de R\$ 7 milhões, total, ainda de 2018,  
434 poderiam deliberar, e se sobrar projetos poderiam abrir para o ano de 2019.  
435 James indicou que chegaram a esses valores pelo estudo da planilha e devido  
436 às devoluções de projetos, a questão é quando iriam voltar os recursos.  
437 Chamou atenção que os pleitos, devido ao período eleitoral, alguns estão para  
438 assinatura do contrato, em modo a ser definido, e no dia 21/novembro o Banco  
439 do Brasil libera para assinatura e os pleitos enviados no 2o edital de 2017  
440 foram renomeados como 2018. André disse para a deliberação, que se não  
441 usarem a sobra no exercício de 2018, entraria passando em crédito para 2019  
442 e seria mais fácil então apresentar todos com os recursos de 2019 com os  
443 projetos em prioridade da lista na próxima reunião, devendo considerar o  
444 procedimento para os 8 projetos da P.M Araçoiaba, ou contemplar 1 por  
445 tomador, discutindo então as prioridades hierarquizando a lista. E solicitou a  
446 James entrar em contato com os tomadores para ver se havia interesse na



447 continuidade dos projetos ou não. Otília disse que estão bem adiantados com o  
448 projeto de conteirização de lixo e da possibilidade de entrar na lista, trazendo a  
449 sua preocupação se não abrir novo edital.

450 André disse que na teoria seria um novo projeto apesar de substituir um outro,  
451 com o mesmo Tomador e valor, Maria Otília Tomazela (FAT/CERISO) disse  
452 que seria por volta do mesmo valor, mas já haviam tirado o projeto que não iria  
453 passar pois estava fora do MPO FEHIDRO, e preferia que trouxesse a proposta  
454 na reunião do dia 03 de dezembro no CIESP Sorocaba. Roberto Wagner  
455 (UNESP Sorocaba) disse que o perigo seria abrir precedentes para outros.  
456 Wendell disse que estão tratando da questão das contratações de pessoal para  
457 a Fundação Agência pois tem um volume de trabalho muito grande na  
458 Fundação, e foi orientado que podem fazer as contratações e empresa  
459 terceirizada e resolveram fazer as duas coisas esperando a que sair primeiro e  
460 estão cobrando uma posição definitiva. Também comunicou que a EMAE abriu  
461 as comportas da represa causando prejuízos ambientais para o médio Tietê  
462 pela sujeira toda em um crime ambiental que se repete todo o ano e na reunião  
463 com os comitês da Vertente, criado em 2011, sem nenhuma ação concreta  
464 concordaram que deveriam tomar atitudes, com uma agenda de ações para  
465 2019, devendo se reunir novamente em 18 de dezembro, e agora também  
466 estão pedindo apoio contra o crime ambiental que tem se tornado repetitivo,  
467 configurando impunidade e no mínimo devem elaborar uma moção de repúdio  
468 e na próxima deverão tomar atitude direta contra a EMAE, agora se  
469 comprometeram a acompanhar essa nova iniciativa da Vertente Tietê  
470 esperando que não se repita, e o tema deve entrar na reunião próxima do  
471 comitê. André sugeriu fortalecer a ação no mínimo para elaborarem uma  
472 moção de repúdio na próxima reunião do comitê, talvez solicitando para a SOS,  
473 passando na CT no dia 03 e na plenária do dia 07. Por último solicitou inscrição  
474 de 3 pessoas para o grupo de acompanhamento pré e pós curso, do comitê

475 sobre curso de especialização em águas subterrâneas aprovado pelo comitê  
476 voltado para seus membros, com data ainda não definida, mas disse que  
477 poderia dar suporte fora da Comissão de acompanhamento. Claudio disse que  
478 esteve presente em audiências públicas para discutir a duplicação da Rodovia  
479 Raposo Tavares e deveriam pensar melhor no comitê sobre o impacto  
480 ambiental, André disse que fizeram e enviaram parecer sobre o tema, Cláudio  
481 disse que enviou documentos e se mobilizou em diálogos diversos, na última  
482 reunião não foi aprovado e pediram anulação das audiências públicas e o  
483 problema é que apesar de cobrar o relatório não sai e o crescimento está aí e  
484 sem nenhum planejamento e sem água para o povo, além do que a estrada  
485 deveria ser feita em outro caminho de Brigadeiro Tobias, por questão de custo.  
486 Provavelmente a Rodovia Raposo Tavares assim será a estrada com trânsito  
487 muito pesado, e nem está previsto uma via marginal, devendo ter muitas  
488 mortes. André disse que poderiam solicitar o andamento do processo do Eia-  
489 Rima na CETESB. Waldimir Gomes disse que foi finalizado o parecer sobre a  
490 análise técnica do Ela-Rima para CETESB poder concluir a análise dando o  
491 parecer final sobre a viabilidade ambiental para encaminhar ao CONSEMA.  
492 Tendo sido cumprida a pauta e não havendo informes o Prof. André agradeceu  
493 as presenças e encerrou a reunião. Esta ata foi taquigrafada pelo taquígrafo  
494 Dartan Gravina.